

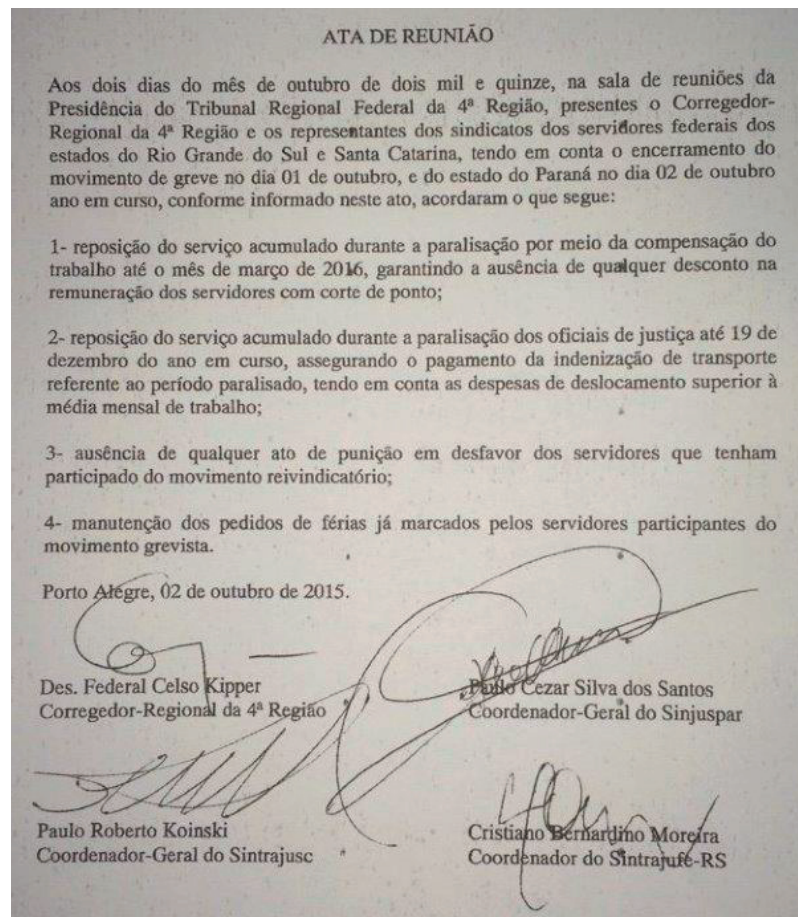
Segunda, 05/10/2015-nº1352

TRF 4ª Região e sindicatos fecham acordo de reposição dos dias parados

As negociações sobre a reposição dos dias parados tiveram um desfecho positivo para os servidores da Justiça Federal. O Sintrajusc, em conjunto com os sindicatos do Rio Grande do Sul e do Paraná, fechou acordo com a Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde definiram a reposição dos dias parados, conforme documento ao lado. Cabe lembrar que este acordo está entre os melhores fechados no Brasil, relativos a essa greve.

Servidores do TRT e TRE seguem as tratativas com as suas respectivas presidências, com o objetivo de chegar a um acordo que dê vazão às demandas administrativas sem lesar os servidores. O acordo da JF abre precedente para que a JT e a JE consigam fechar uma proposta ainda essa semana.

Nesta terça-feira, 6, nova data da sessão do Congresso Nacional tendo como uma das pautas a derrubada do Veto 26 (ao PLC 28/2015), haverá Apagão do Judiciário programado em todo o país. O Sintrajusc está enviando seis colegas à Brasília e amanhã também fará Assembleia às 15 horas, na Justiça Federal, com transmissão ao vivo pelo site do Sindicato.



Venha para a luta!

Senadores propõem comissão para solucionar impasse do reajuste

Depois do anúncio feito pelo presidente do Senado, de uma nova sessão do Congresso Nacional no dia 6 de outubro para analisar sete vetos presidenciais – seis remanescentes do dia 22 de setembro – a Fenajufe reuniu-se com os senadores do Partido dos Trabalhadores Paulo Rocha (PA), Lindbergh Farias (RJ) e Fátima Bezerra (RN).

Na pauta, a luta da categoria pelo reajuste, desde 2009. Os coordenadores narraram aos congressistas todo o enredo da campanha salarial, passando pelos vários projetos de recomposição não cumpridos – inclusive o acordo anunciado entre o então presidente do STF Cezar Peluso e o governo Lula, que influenciou o fim da greve dos servidores em 2010 - que culminaram na defasagem atual dos salários.

Sobre o projeto aprovado no Senado em 30 de junho deste ano, os dirigentes foram incisivos ao colocar que o PLC 28 foi aprovado devido ao impasse nas negociações entre governo e STF, sem uma resposta definitiva à categoria. À época a campanha salarial já estava em curso e havia o com-

promisso de o governo apresentar uma proposta uma semana antes da votação do projeto, o que não ocorreu.

Quanto ao novo projeto enviado pelo STF à Câmara, o PL 2648/2015, os dirigentes colocaram as razões pelas quais ele foi rejeitado pela categoria. A falta de negociação com os servidores referente ao índice de reajuste e o parcelamento proposto em oito parcelas (até jul/2019), a absorção dos 13,23% e o aumento para os CJs são pontos inaceitáveis e que travam qualquer início de conversa sobre o projeto. Com isso, a mobilização continuará pela derrubada do veto.

Outro ponto atacado pela Fenajufe durante o encontro foi o uso da manutenção ou derrubada do veto como moeda de troca entre o governo e o Congresso, como os ministérios ofertados pelo governo Dilma Rousseff ao PMDB e com a postura do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Para os servidores, a barganha proposta por Cunha é inadmissível e repugnante ao condicionar a manutenção do veto ao PLC 28 à

votação do veto da liberação das doações de empresas a partidos na eleição. Os dirigentes lembraram aos congressistas que os servidores vêm de uma greve de mais de 100 dias e com caravanas de todos os estados, sujeitando-se aos riscos de uma viagem, fora o desgaste físico e emocional. E como agravante, ainda há os altos custos financeiros que penalizam servidores e entidades.

Os senadores reconheceram a luta dos servidores como justa e que houve erro do governo no processo de negociação. Paulo Rocha se comprometeu a criar uma comissão de senadores para propor ao STF, governo e Fenajufe, independente da análise ou não do veto 26, uma mesa de interlocução. Na avaliação dos congressistas o impasse é ruim e é preciso buscar uma solução para a recomposição salarial que contemple os trabalhadores. Os senadores colocaram ainda que em caso de queda do veto, a vitória será dos servidores. Mas havendo a manutenção, o cenário é outro e será necessário construir uma solução.

Da Fenajufe

Participe da luta. Sindicalize-se!